

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2012 (Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012)

1

Legislação	Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2012 (convertido na Lei nº 12.703, de 7/agosto/2012)
	Altera o art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências.	Altera o art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências, o art. 25 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências, e o inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.
	A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991	Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:	Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 12. Em cada período de rendimento, os depósitos de poupança serão remunerados:	Art. 12	“Art. 12.....
II - como adicional, por juros de meio por cento ao mês.	II - como remuneração adicional, por juros de:	II - como remuneração adicional, por juros de:
	a) cinco décimos por cento ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a oito inteiros e cinco décimos por cento; ou	a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento); ou
	b) setenta por cento da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.	b) 70% (setenta por cento) da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.
§ 1º A remuneração será calculada sobre o menor saldo apresentado em cada período de rendimento.” (NR)
§ 4º O crédito dos rendimentos será efetuado:		

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2012 (Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2012 (convertido na Lei nº 12.703, de 7/agosto/2012)
..... II - trimestralmente, na data de aniversário no último mês do trimestre, para os demais depósitos.		
		§ 5º O Banco Central do Brasil divulgará as taxas resultantes da aplicação do contido nas alíneas <i>a</i> e <i>b</i> do inciso II do caput deste artigo.” (NR)
	Art. 2º O saldo dos depósitos de poupança efetuados até a data de entrada em vigor desta Medida Provisória será remunerado, em cada período de rendimento, pela Taxa Referencial - TR, relativa à data de seu aniversário, acrescida de juros de meio por cento ao mês, observado o disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1991.	Art. 2º O saldo dos depósitos de poupança efetuados até a data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012 , será remunerado, em cada período de rendimento, pela Taxa Referencial - TR, relativa à data de seu aniversário, acrescida de juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, observado o disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991 .
	§ 1º O saldo remanescente dos depósitos de que trata o caput somente será acrescido da remuneração que lhe for aplicável.	§ 1º O saldo remanescente dos depósitos de que trata o caput somente será acrescido da remuneração que lhe for aplicável.
	§ 2º Para os efeitos do caput, consideram-se efetuados os depósitos de poupança quando efetivamente creditados em conta, conforme as normas legais e regulamentares de regência do Sistema de Pagamentos Brasileiro.	§ 2º Para os efeitos do caput, consideram-se efetuados os depósitos de poupança quando efetivamente creditados em conta, conforme as normas legais e regulamentares de regência do Sistema de Pagamentos Brasileiro.
	Art. 3º Ficam as instituições financeiras obrigadas a segregar, do saldo dos depósitos de poupança efetuados a partir da data de entrada em vigor desta Medida Provisória , o saldo dos depósitos de poupança de que trata o art. 2º.	Art. 3º Ficam as instituições financeiras obrigadas a segregar, do saldo dos depósitos de poupança efetuados a partir de 4 de maio de 2012 , o saldo dos depósitos de poupança de que trata o art. 2º.
	§ 1º Caso não haja manifestação formal em contrário pelo titular da conta, os saques em conta de poupança serão debitados:	§ 1º Caso não haja manifestação formal em contrário pelo titular da conta, os saques em conta de poupança serão debitados:
	I - inicialmente, do saldo dos depósitos efetuados a	I - inicialmente, do saldo dos depósitos efetuados a

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2012 (Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012)

3

Legislação	Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2012 (convertido na Lei nº 12.703, de 7/agosto/2012)
	partir da data de entrada em vigor desta Medida Provisória, até seu esgotamento; e	partir de 4 de maio de 2012, até seu esgotamento; e
	II - em seguida, do saldo de depósitos de que trata o art. 2º.	II - em seguida, do saldo de depósitos de que trata o art. 2º.
	§ 2º Os demonstrativos de movimentação da conta de poupança evidenciarão ao titular da conta, de modo claro, preciso e de fácil entendimento, os saldos segregados na forma do caput.	§ 2º Os demonstrativos de movimentação da conta de poupança evidenciarão ao titular da conta, de modo claro, preciso e de fácil entendimento, os saldos segregados na forma do caput.
	§ 3º A instituição financeira deverá disponibilizar o primeiro demonstrativo de que trata o § 2º no prazo de até trinta dias contado da data de entrada em vigor desta Medida Provisória.	§ 3º A instituição financeira deverá tornar disponível o primeiro demonstrativo de que trata o § 2º no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012.
	§ 4º As instituições financeiras deverão adotar procedimento interno que assegure remuneração e evolução corretas dos saldos dos depósitos de poupança sob sua responsabilidade, podendo o Banco Central do Brasil requerer, a qualquer momento, informações sobre o procedimento adotado e sobre a remuneração e evolução dos referidos saldos.	§ 4º As instituições financeiras deverão adotar procedimento interno que assegure remuneração e evolução corretas dos saldos dos depósitos de poupança sob sua responsabilidade, podendo o Banco Central do Brasil requerer, a qualquer momento, informações sobre o procedimento adotado e sobre a remuneração e evolução dos referidos saldos.
Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973		Art. 4º O inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte item 30:
Art. 167 - No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos.		“Art. 167.....
II - a averbação: 29. da extinção da concessão de direito real de uso.		II -
		30. da substituição de contrato de financiamento imobiliário e da respectiva transferência da garantia

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2012 (Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012)

Legislação	Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012	Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2012 (convertido na Lei nº 12.703, de 7/agosto/2012)
		fiduciária ou hipotecária, em ato único, à instituição financeira que venha a assumir a condição de credora em decorrência da portabilidade do financiamento para o qual fora constituída a garantia."(NR)
Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997		Art. 5º O art. 25 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:
Art. 25. Com o pagamento da dívida e seus encargos, resolve-se, nos termos deste artigo, a propriedade fiduciária do imóvel.		"Art. 25.....
..... § 2º À vista do termo de quitação de que trata o parágrafo anterior, o oficial do competente Registro de Imóveis efetuará o cancelamento do registro da propriedade fiduciária.	
		§ 3º Nas hipóteses em que a quitação da dívida decorrer da portabilidade do financiamento para outra instituição financeira, não será emitido o termo de quitação de que trata este artigo, cabendo, quanto à alienação fiduciária, a mera averbação da sua transferência."(NR)
		Art. 6º O Conselho Monetário Nacional editará norma disciplinando o uso pelas instituições financeiras de código de identificação específico para as operações de portabilidade de crédito, bem como de meio eletrônico para sua efetivação.
	Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor em 4 de maio de 2012.	Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.